

4 — Quando se deslocar em missão oficial de serviço público no País ou no estrangeiro, a nomeada tem direito ao abono das correspondentes despesas de transporte e ajudas de custo, de montante igual ao fixado para os adjuntos do gabinete.

13 de Fevereiro de 2006. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

Despacho (extracto) n.º 4882/2006 (2.ª série). — Por despachos de 17 de Janeiro e de 10 de Fevereiro de 2006, respectivamente do director-geral dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais e do vogal do conselho directivo do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento:

Maria Fernanda Almeida da Costa Dias, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais — transferida para a mesma categoria do quadro de pessoal do ex-Instituto da Cooperação Portuguesa, escalão 5, índice 337, com efeitos a partir de 17 de Fevereiro de 2006, ao abrigo do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

14 de Fevereiro de 2006. — A Directora de Serviços de Administração, por subdelegação de poderes, *Cristina Pinto*.

MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA DEFESA NACIONAL

Portaria n.º 417/2006 (2.ª série). — Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do almirante Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos do Decreto-Lei n.º 56/81, de 31 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de 2 de Novembro, e pela Portaria n.º 1001/99, de 10 de Novembro, com a nova redacção que lhe foi dada pelas Portarias n.ºs 1108/2000, de 27 de Novembro, e 743/2004, de 30 de Junho, exonerar o sargento-mor MQ (9272) João António Varela do cargo de amanuense/arquivista do Gabinete Conjunto do Adido de Defesa junto da Embaixada de Portugal em Brasília, República Federativa do Brasil, cargo para o qual foi nomeado pela portaria n.º 1028/2002 (2.ª série), de 25 de Junho, dos Ministros de Estado e da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 9 de Julho de 2002.

A presente portaria produz efeitos desde 16 de Dezembro de 2005. (Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

13 de Fevereiro de 2006. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Portaria n.º 418/2006 (2.ª série). — Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do almirante Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de 2 de Novembro, exonerar o coronel PILAV (001993-D) Rui Vasco Correia Bugalho Louro do cargo AAA OPC 0030 — Implementation Team no quartel-general do Comando Supremo das Forças Aliadas na Europa (SHAPE), em Mons, Reino da Bélgica, cargo para o qual foi nomeado pela portaria n.º 1465/2002 (2.ª série), de 20 de Setembro, dos Ministros de Estado e da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 232, de 8 de Outubro de 2002.

A presente portaria produz efeitos desde 31 de Dezembro de 2005. (Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

13 de Fevereiro de 2006. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Portaria n.º 419/2006 (2.ª série). — Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e pelo Ministro da Defesa Nacional, por proposta do almirante Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 1.º, n.º 3, alínea a), 2.º, 5.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de Março, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de 2 de Novembro, nomear o major-general PILAV

(020574-F) Carlos Manuel Amaral Félix para o cargo AH8 CGA 0011 — Deputy Commander no CAOC 8, em Torrejón, Reino da Espanha, em substituição do major-general PILAV (013012-F) Luís Filipe Montes Palma de Figueiredo, que fica exonerado do referido cargo pela presente portaria na data em que o oficial general agora nomeado assuma funções.

Nos termos do artigo 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de Março, a duração normal da missão de serviço correspondente ao exercício deste cargo é de três anos, sem prejuízo da antecipação do seu termo pela ocorrência de facto superveniente que obste o decurso normal da mesma.

A presente portaria produz efeitos a partir de 1 de Março de 2006. (Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

13 de Fevereiro de 2006. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e da Administração Pública

Despacho conjunto n.º 228/2006. — Considerando que José Luís Tocha Antunes dos Santos ingressou no quadro geral de adidos em 21 de Julho de 1976, ficando na situação de licença sem vencimento por tempo indeterminado a partir da data do ingresso;

Considerando que o interessado solicitou agora o seu regresso à actividade:

Assim:

Ao abrigo do disposto na alínea c) do artigo 2.º, em conjugação com o artigo 3.º, ambos do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, determina-se:

1 — A afectação de José Luís Tocha Antunes dos Santos à Direcção-Geral da Administração Pública (DGAP), na seguinte situação jurídico-funcional:

Vínculo — funcionário;
Carreira — técnico superior principal;
Categoria — técnico superior;
Escalão — 1;
Índice — 510.

2 — O funcionário mantém-se na situação de licença até ser colocado em actividade, tendo direito a receber vencimento a partir da data do respectivo início de funções, de acordo com o n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 493/99, de 18 de Novembro.

3 — A afectação à DGAP produz efeitos a partir da data do presente despacho conjunto.

10 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, *Emanuel Augusto dos Santos*. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo*.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 4883/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 8 de Fevereiro de 2006:

Manuela de Fátima Silvério Orvalho Ferreira, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública — nomeada, precedendo concurso interno de acesso limitado, técnica superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de arquivo do quadro de pessoal da citada Secretaria-Geral, a que corresponde o escalão 1, índice 460, do actual sistema retributivo da função pública, ficando exonerada da anterior categoria com efeitos a partir da data da aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Fevereiro de 2006. — O Secretário-Geral, *João I. Simões de Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 4884/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 14 de Fevereiro de 2006:

João Paulo Soares Marques Sabino, técnico superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Finan-